

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Anais do Município de Faro | 40º Volume, 2018

PROPRIEDADE E EDIÇÃO

Município de Faro

DIRETOR

Joaquim Romero Magalhães, *Historiador*

CONSELHO COORDENADOR

Paulo Santos, *Vice-Presidente da Câmara Municipal de Faro*

Sandra Martins, *Chefe de Divisão de Bibliotecas e Arquivos*

Elsa Vaz, *Técnica Superior da Biblioteca Municipal de Faro*

COLABORADORES DESTE NÚMERO

Alexandra R. Gonçalves, *Diretora Regional de Cultura do Algarve*

Andreia Fidalgo, *Doutoranda PIUDHist/ISCTE-IUL; Bolseira de Doutoramento da FCT*

Carla Guerreiro, *Técnica Superior do Museu Municipal de Faro*

Carlos Pereira, *Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa | Museu de Cáceres*

Edite Esteves, *Jornalista*

Fernando Pessanha, *Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes / VRSA*

Gonçalo Vargas, *Arquiteto*

João Leal, *Jornalista*

João Pedro Bernardes, *Docente da Universidade do Algarve*

José d'Encarnação, *Universidade de Coimbra*

Lina Vedes, *Professora aposentada*

Luís Santos, *Técnico Superior do Museu Municipal de Faro*

Luísa Martins, *Técnica Superior CM Loulé | Investigadora do Cidehus/Universidade de Évora*

Marco Lopes, *Historiador e Diretor do Museu Municipal de Faro*

Marco Sousa Santos, *Mestre em História da Arte*

Marília Castro, *Professora aposentada do Ensino Secundário*

Patrícia de Jesus Palma, *doutorada em Estudos Portugueses | Investigadora do CHAM*

Susana Paté, *Chefe de Unidade de Conservação e Restauro - Museu Municipal de Faro*

Vítor Ribeiro, *Membro Colaborador CEACP/Ualg | Técnico Superior CM Castro Marim*

CONCEÇÃO GRÁFICA

Cristina Palma e Miguel Costa

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS

Gráfica Comercial

ISSN 0871-0872

TIRAGEM 500 exemplares

DEPÓSITO LEGAL 36142/90

FOTOGRAFIA DA CAPA Elsa Vaz

O TEMPLO ROMANO DE FARO

João Pedro Bernardes

Docente da Universidade do Algarve

José d'Encarnação

Universidade de Coimbra

O facto de se ter publicado em 1984 (IRCP 11) o estudo epigráfico da inscrição patente no lintel oferecido por dois sêxviros, destinado, mui provavelmente, a figurar na porta do templo que os ossonobenses poderão ter erguido em honra do imperador romano, era susceptível de convencer que tudo estaria dito a tal respeito.

O intuito de agora retomarmos essa notável inscrição pretende justamente mostrar que tal convicção não estará inteiramente certa.

Primeiro, porque IRCP foi o *corpus* das inscrições do *conventus Pacensis* e, num *corpus*, há regras a seguir a fim de se fornecerem – exhaustivamente, sim, mas tão-somente – as pistas para a futura investigação. Assim, cita-se a bibliografia e apontam-se as variantes de leitura; não se entra, contudo, em pormenores que os interessados poderão ir ver nas obras referidas; explicita-se o interesse histórico do monumento, todavia, também nesse caso, as observações são concisas, essenciais.



Fig. 1 – Inscrição romana de Faro em lintel de porta, aludindo a dois sacerdotes do culto imperial (IRCP 11).

Depois, ¿que se sabe do contexto arqueológico em que o lintel foi encontrado? ¿E que novidades trouxe a investigação que, nesse domínio, se tem levado a cabo na cidade de Faro? ¿E que templo era esse? ¿Onde se localizava exactamente?

Tal é, portanto, o objectivo que nos propomos atingir: dar miúda conta dos aspectos fundamentais que a bibliografia já forneceu para melhor compreensão da epígrafe e do seu significado histórico-cultural; e, por outro lado, traçar a panorâmica do que se sabe acerca dos vestígios desse templo que a tradição vem situando sob os alicerces da actual sé catedral, numa manifestação clara de como um local, sagrado outrora, sagrado continua a ser na actualidade.

1. As informações do texto epigráfico

A opção de se omitirem textos anteriores ao CIL II, quando se elaborou IRCP, teve como finalidade evitar a multiplicação de citações, porque se verificara que as seguintes acabavam por repetir o que as anteriores haviam referido. Na nota 1 da p. 59, exactamente a propósito desta epígrafe, decidiu-se, porém, abrir uma excepção: «São elementos a ter em conta», justificámos, «para ajuizar da confiança epigráfica a atribuir-lhes».

Este caso pode constituir, na verdade, um bom exemplo e valerá a pena fazer-se, por isso, a história, tanto quanto possível exaustiva, do que sobre esta epígrafe se escreveu.

1.1. André de Resende (1593)

Foi André de Resende o primeiro a referir-se a esta epígrafe, no quadro das linhas que dedicou a Ossónoba (fol. 180-185), cidade que considerou ter estado situada em Milreu, cujas ruínas eram, então, recorde-se, as mais evidentes. Por esse motivo optou o Prof. Rosado Fernandes – cuja memória celebramos! – por traduzir o título «De Ossonoba» simplesmente por «Estói» (p. 186) e assim fez a introdução desse apartado:

«Quanto a Ossónoba foi quase destruída. São visíveis ainda alguns vestígios da sua antiga grandeza aqui e ali pelos arredores, sobretudo nas muralhas da cidade de Faro, sua vizinha e mais litoral».

Ora foi precisamente na muralha que se identificaram duas inscrições, escreve André de Resende:

«Phari in muro inter propugnaculum novum et alterum a Roderico Barreto extructum, cippus est» (fol. 181) e, mais adiante (fol. 184), «Phari ad portam maris, cippus».

A leitura que dá da epígrafe que ora nos interessa é a seguinte:

M. CORNELIVS ERIDIMVS. C.
IVNIVS. RECEPTVS. OB HONO
REM. IIIIII VIR. D. S. P.
D. D.

E a interpretação (fol. 185):

«Marcus Cornelius Erydimus Caius Iunius receptus ob honorem Sevirus de sua pecunia dedicarunt».

Nada mais acrescenta a este propósito. E se a leitura detém, de facto, imprecisões, interessa-nos compreender que o «cippus» foi identificado em reutilização na muralha de Faro, junto da porta que dava para o mar.

Anotemos, desde já, que: a) a translineação não corresponde à realidade, o que não é de admirar, uma vez que, na altura, o que interessava era a mensagem escrita e esses aspectos 'técnicos' eram, nitidamente, de somenos; b) *Erydimus* é lapso de leitura; c) *receptus* grafado com inicial minúscula pode denunciar também um lapso ou significar que Resende o interpretou como adjectivo e não como nome próprio; d) poderá haver outras soluções para o desdobramento das siglas finais.

1.2. Grutero (1603)

O fascínio exercido pelo 'mistério' que envolvia os letreiros romanos, despertado pelo Renascimento, cedo levou os curiosos a elaborarem repositórios, mais ou menos organizados por temas. Colectâneas ambiciosas, que bebiam toda a informação disponível.

Veja-se, por exemplo, este Jan Gruterus, natural de Antuérpia (1560-1627), que meteu ombros à elaboração de um *absolutissimum corpus*, com o objectivo de nele incluir as inscrições de todo o mundo romano: «*Inscriptiones antiquae totius orbis Romani*». Para a Lusitânia, baseou-se, naturalmente, em André de Resende, donde copiou a inscrição que nos ocupa (1603, fol. 195, nº 6), tendo, porém, corrigido, na 2ª edição (1707), a leitura *Eridimus* para *Eridanus*. O texto, sem mais comentários do que a correcção (na 2ª edição), resume-se a

informar que retirou os dados de Resende; foi integrado no capítulo que trata das epígrafes relacionadas com obras e locais públicos: «Operum et locorum publicorum».

1.3 Luís Caetano de Lima (1736)

O clérigo regular D. Luís Caetano de Lima dedicou a el-rei D. João V uma geografia histórica de todos os estados europeus.

No volume II, datado de 1736, trata do reino de Portugal e, ao escrever sobre Faro, refere-se a Estoi, aos vestígios «que ainda ali se acham de edifícios nobres e antigos» e, dentre eles, «um templo fabricado de grandes tijolos e revestido em muita parte de um xadrez miúdo de pedras de várias cores». São de taipa, afirma, as muralhas de Faro, obra típica dos mouros, e há nelas inscrições romanas, pelo que perfilha a ideia de que, por ser Faro «povoação mais moderna, é mui verosímil que as ditas pedras fossem tiradas das ruínas de Ossonoba», Estoi (p. 322-323).

Compreende-se o raciocínio, uma vez que, na altura, vestígios arqueológicos romanos no sítio onde a nova cidade se instalou não os havia, subjacentes como estavam aos edifícios que sobre eles foram sendo construídos.

1.4 Frei Vicente Salgado (1786)

Não nos parece ilegítimo, todavia, mesmo sob pena de sermos fastidiosos, demorarmo-nos um pouco no testemunho dado por Frei Vicente Salgado (1732-1802), que ofereceu ao Bispo de Beja, em 1786, o resultado das suas pesquisas.

Descreveu miudamente as diligências que fez para encontrar a inscrição dedicada a Valeriano (IRCP 3):

«Desprezadas as reticências da Natureza, por ser o sítio escuso e imundo, fiz desenterrar e escavar a terra que servia de embaraço, de sorte que não fosse inútil o trabalho e pudesse a lápida ser lida dos curiosos».

E não deixa de comentar:

«A barbaridade dos construtores das muralhas salta à vista; e, além de mostrar a antiguidade do edifício, também nos assegura a ignorância, que tinham aqueles obreiros, das letras romanas e de não ser aquele o próprio lugar em que foi colocada aquela lápida, pois se vê assentada com as letras atravessadas» (p. 90-91).

Para concluir:

«Estar servindo de fundamento às muralhas do Castelo de Faro esta lápida bem pode ministrar alguma razão de congruência para se decidir o sítio da Ossonoba em Estoi», também porque, em sua opinião, o que pode ter acontecido foi o seguinte: chegando ali os Árabes «e, ou achando arruinada aquela cidade ou sendo eles causa da sua destruição, edificaram ou renovaram a fortificação de Faro com as ruínas da Ossonoba» (p. 93).

Ainda como intróito à notícia e considerações que faz ao monumento que nos ocupa, afigura-se-nos não ser despropositado referir a sua preocupação: «Os curiosos não deixarão de receber com sincero agrado a notícia dos monumentos que tenho descobertos nos muros daquela cidade de Faro», porque «estas lápidas e cipos, sejam, ou não, destruídos e feitos pedaços, têm todo o valor, pelos conhecidos caracteres romanos» (p. 98).

Alude ao epitáfio de *Caturica Prima* (IRCP 18), achado «em uma torre da parte do mar» (p. 99-100), opina que por ali «estarão enterrados infinitos outros monumentos» e precisa o local onde viu o lintel que nos ocupa: na porta «que Resende chama 'do Mar' e os naturais hoje 'da Vila', no fundo da Praça de Faro, junto ao Corpo da Guarda, na muralha ao pé do calabouço» (p. 101). Dá a leitura de Resende e «acompanhado de alguns sujeitos instruídos», leu-a «com alguma diversidade», exclamando: «Longe de mim espírito vão! Ela está à vista e não me será injurioso que os amadores das antiguidades formem novos discursos, se eu me engano» (p. 102):

M. CORNELIVS ERIDANVS. G. IV
NIVS RECEPTVS OB HONO
REM IIIIII VIR. D. S. P. D

Traduz: «Marco Cornélio Eridano e Gaio Júnio Recepto, por causa da honra de Sevirato, dedicaram esta lápida à sua custa»

Anota que viu em Grutero a lição *Eridanus* e, no que se refere à possibilidade de se ler C ou G («também vejo um G em lugar de C»), justifica: «Pode ser que a semelhança que tem uma letra com outra no grande carácter romano ou alguma lasca por inadvertência do escultor causasse a diferença que lhe percebo» (p. 103).

Quanto à razão por que a lápida teria sido gravada, é de opinião que essa 'condecoração' «excitou a gratidão destes Republicanos Ossonobenses, para dedicarem esta lápida à memória e lembrança daquele benefício recebido na Pátria», uma vez que, em seu entender, a cidade «era regida não por Dousviros ou Tresviros mas por seis ilustres Varões» (p. 105). Justifica serem os dois DD a abreviatura de *dedicarunt*, pois que «ambos concorreram para se perpetuar a

memória deste benefício, chegando a levantar a hipótese de o letreiro assinalar «a introdução do novo governo na República», o que, no entanto, observa, daria azo a que, «se fosse esta a causa», «sinalariam o ano de semelhante benefício» (p. 106).

Frei Vicente Salgado, na sequência do que atrás postulara, não se exime a referir fragmentos de epígrafes de que teve conhecimento.

Deixando de parte a sobejamente conhecida polémica da localização de *Ossonoba* e outros aspectos de pormenor a que se dará atenção após esta panorâmica, dir-se-á que o frade franciscano tem, no que se refere ao registo epigráfico, uma atitude bastante avançada para a sua época, uma vez que não se limita a procurar dar uma leitura correcta mas se interessa pelo verdadeiro significado no seu tempo e não se inibe a enumerar as questões que o texto lhe levanta. E quando, mais adiante (p. 151), volta a transcrever a epígrafe – onde, por lapso, escreve HERIDANVS – desdobrando por completo siglas e abreviaturas, usa-a para corroborar a sua ideia de que Ossónoba era uma república.

1.5 Masdeu (1789)

O jesuíta Juan Francisco Masdeu, natural de Palermo (1744-1817), começou por escrever em italiano os dois volumes duma *Storia critica di Spagne e della cultura spagnuola in ogni genere* (1781 e 1784), que reformulou em 20 volumes, publicados, em língua castelhana, de 1783 a 1805, ainda que tenha sido uma história que não logrou completar. Ora, é no VI volume (p. 147, inscrição nº 799) que transcreve a epígrafe de Faro, inserida no capítulo V («Sacerdotes y otros Ministros Sacros de la España Romana»), sob o artigo IV («Seviros augustales»):

M. CORNELIVS. ERIDIMVS

C. IVNIVS. RECEPVS

OB. HONOREM. IIIIII.VIR

D. S. P. D. D.

Explicita, na tradução, que eles «hicieron una obra que no sabemos», «con aprobación de los decuriones».

1.6. Silva Lopes (1848)

Nas p. 32-33 das suas *Memorias*, Silva Lopes (1781-1850) segue a leitura de

Frei Vicente Salgado e anota que Resende tomara a palavra *Receptus* «como adjectivo» e é nome.

1.7. Levy Jordão (1859)

Também Levy Maria Jordão se lançou nessa tarefa de recolher todas as inscrições conhecidas, o que fez no único volume publicado das *Portugalliae Inscriptiones Romanae* (1859).

Jordão segue a versão de Frei Vicente Salgado (p. 158, nº 350); só indica o texto e, no final do livro, muito sumariamente, a proveniência.

1.8. Hübner (1861)

Como se impunha, Emílio Hübner apresentou, em Outubro de 1861, relatório à Academia das Ciências de Berlim, a dar conta dos mais importantes contributos que lograra obter na sua viagem epigráfica por Portugal. Promoveu a Academia das Ciências de Lisboa a respectiva tradução, que, sob o título *Noticias Archeologicas de Portugal*, saíria a lume em 1871.

Nas p. 31-32, dá a versão de Grutero (em nota, a correcção para *Eridanus*); acrescenta: «Também deste lugar se conhecem lapides sepulchraes sem importância nenhuma, bem como dos logares de Fureta, Boudem e Loulé» [sic]. Conclui: «A muito contestada situação de Ossonoba parece portanto dever marcar-se nas ruínas de Estoy, junto a Faro».

1.9. Hübner – CIL II 2 e 5133

Por lapso, decerto, Hübner atribuiu novo número a esta epígrafe, quando apenas quis, no número 5133, corrigir o lapso cometido de ter escrito IIIIVir em vez de IIIIIvir.

A leitura que apresenta deve-se a Estácio da Veiga: «Descripſit ut exhibui mihi que dedit Estaço de Veiga», «descreveu como eu mostrei e assim me deu Estaço da Veiga» [por Estácio da Veiga]. Leitura:

M · CORNELIVS · ERIDANVS · C · IVNIVS · RECEPTVS
OBHONOREM · IIIIIIVIR [sic] · D · S · P · D · D

Apresenta a bibliografia e as variantes de leitura.

1.10. Botto (1898)

Chamando-lhe 'glossário crítico', o Cónego Pereira Botto estuda, no seu livro, os principais monumentos do Museu. Informa que da muralha do arco de S. Tomás, ou «Porta da Vila», onde estava, com a inscrição invertida, o monumento «foi trasladado para a parede do antigo edifício da Câmara pelo ilustrado Vereador António José Gonçalves». Anotando não ser anormal 'a troca do C pelo G', no caso da grafia G(*aius*), assinala a presença, «na orla superior da faixa em cauda de andorinha», da «copulativa ET, que, até aqui, não tinha ainda sido descoberta, pela sua pouca visibilidade e relevo para o calco», acrescentando, como explicação: «partícula que faz supor referência a outro ou outros nomes superiormente jacentes; devendo concluir-se portanto que o monumento está incompleto». Assinala «a existência simétrica de dois furos, em cada extremo da face inferior – provavelmente destinados a tarugos»; e pergunta: «Seria verga de um modesto portal *honorífico* ou simples arquitrave de algum frontão *edicular*?...» (p. 6-7).

Desdobra a fórmula final: D(e) D(*icarunt*).

1.11. Leite de Vasconcelos (1913)

No III volume da sua monumental obra *Religiões da Lusitânia*, que versa expressamente a religião ao tempo dos Romanos, Leite de Vasconcelos refere-se a este monumento no 'capítulo' que trata da «confraria dos Augustaes»:

«A epigrafia lusitânica mostra-nos a existência de tais magistrados sacerdotais só nas cidades do Sul.

Uma inscrição lapidar de *Ossonoba*, gravada creio que em uma placa, dá-nos relação de dois, que pela honra que receberam de sevirato mandaram construir certa obra ou edificação, que não se declara, porque a inscrição estava embutida nela. Era certamente edifício ou monumento de utilidade pública.»

Desdobra, no final, *d(onum) d(ederunt)*.

1.12. Santos (1971)

Na dissertação de licenciatura (p. 175-176), Luísa Estácio da Veiga descreve o monumento como «cipo em calcário em forma de trave de portal», que lhe «parece incompleto». Segue a leitura de Hübner; desdobra os DD em *d(e)*

d(icarunt); informa que as letras estão «separadas por 'hederae distinguentes' em forma de pequenos triângulos; e que a epígrafe refere «dois ossonobenses sevirii».

1.13. *Vives (1971)*

Empreendeu o Padre José Vives, juntamente com os seus colaboradores, a recolha de todas as inscrições romanas peninsulares conhecidas (ILER), no sentido de completar o CIL II e, ao critério de ordenação geográfico, preferir o temático. Assim, ILER 1513 vem incluído no capítulo dos «personagens ilustres». Não houve ensejo de os seus colaboradores, após a morte do Mestre, procederem à revisão do *corpus* reunido, de sorte que, no caso vertente, foi indicado *receptus* com letra minúscula – e, por isso, não aparece no rol dos cognomes – e há, no início da l. 2, p., inexistente na epígrafe.

1.14. *Pinheiro e Rosa (1981)*

O primeiro *corpus* exaustivo das inscrições lapidares da cidade de Faro.

Anota: é o nº 50 do ficheiro do Museu e o nº 39 da secção Lapidar.

Afirma ser «inscrição em verga de porta»; e segue o Cônego Botto, cujas opiniões transcreve praticamente na íntegra.

1.15. *IRCP 11*

Mantém-se a leitura interpretada apresentada em 1984:

M(arcus) · CORNELIVS · ERIDANVS · ET G(aius) · IVNIVS · RECEPTVS / OB · HONOREM · IIIIIIVIR(atus) · D(e) · S(ua) · P(ecunia) · D(ono) · D(ederunt)

«Marco Cornélio Eridano e Gaio Júnio Recepto, em honra do sexvirato, ofereceram a expensas suas».

Após o comentário paleográfico – onde se explica, por exemplo, que o ET foi gravado sobre a moldura, por ter sido esquecido no acto inicial da gravação – procura realçar-se, em resumo, a importância histórica do monumento:

«O carácter monumental da inscrição insere-se no costume de os sêxviros

oferecerem à comunidade, por ocasião da sua elevação ao cargo, monumentos ou festejos. Costume que era sinal de prestígio mas simultaneamente um encargo financeiro de vulto, a que pouco a pouco se procurou fugir.

Mais uma vez se verifica a relação estreita entre os sêxviros e o fenómeno urbano, nomeadamente os portos. Ossónoba teria importante papel no tráfico marítimo das costas meridionais, o que explica a existência dum escol cuja riqueza assentaria não só em bens imobiliários como igualmente na actividade comercial.

De que edifício se poderá tratar? A pedra [...] foi encontrada fora de qualquer contexto arqueológico.

Pelo tipo de letra, é monumento datável do século II» (p. 58-59).

É justamente para tentar responder à questão levantada que vamos reflectir na 2ª parte deste ensaio. Antes, porém, façamos o ponto da situação do que atrás se escreveu.

2. Uma sugestão de síntese

Bastantes foram as questões levantadas por tantos investigadores que dedicaram a sua atenção a este singular monumento. Todos os estudos sobre Ossónoba citam esta epígrafe, acentuando um ou outro pormenor e salientando a sua evidente importância documental. Perdoar-se-nos-á que, para não nos estendermos em demasia, omitamos aqui essas esporádicas alusões.

Têm sido múltiplas, de facto, as referências posteriores a 1984, ainda que, no fundo, apenas se realce o que já fora realçado, designadamente o facto de estarmos perante o cumprimento da promessa eleitoral feita pelos sêxviros no momento da sua campanha eleitoral para o exercício dessas funções sacerdotais no âmbito do chamado 'culto imperial', durante um ano, na cidade. Funções de carácter oficialmente religioso, portanto, mas que implicavam obrigatoriamente toda uma actividade em prol da 'devoção' política ao imperador reinante. Se, na vizinha *Balsa*, o sêxviro *Annius Primitivus* preferiu organizar, na mesma circunstância da sua vida, uma batalha naval, um combate de gladiadores e oferecer dádivas aos cidadãos (IRCP 73), estes dois sêxviros optaram por uma obra de utilidade pública, que, como muito bem sublinhou Leite de Vasconcelos, não carecia de ser referida, por a inscrição nela estar embutida.

Bem enquadrada numa *tabula ansata*, à boa maneira clássica, a epígrafe reveste-se, sem dúvida, de beleza e majestade, como seria conveniente. Está, portanto, completa.

Tivemos ocasião de mostrar como os Romanos – aliás, nos publicitários hodiernos têm eles mui excelentes seguidores... – privilegiavam a ambiguidade, a possibilidade de algo ser lido com dois sentidos. Isso acontece amiúde com as siglas D·D, que também podem significar D(*creto*) D(*ecurionum*) (Encarnação, 1993). Ora, uma obra em que tivesse havido a expressa autorização dos decuriões (como, hoje, iniciativas que requerem parecer favorável da assembleia municipal...), era, não havia dúvida, obra importante. cremos, porém, não ser o caso aqui, até devido à relevância sociopolítica dos sêxviros; por isso se optou por *doneo dederunt*, constituindo o pleonasma «oferecerem como presente» uma forma de acentuar que fora oferta dada a expensas suas, ou seja, com o seu dinheiro e não com verbas oficiais; mas... uma leitura rápida poderia sugerir ao passante a interpretação mais aliciante: *decreto decurionum*...

Uma pergunta paira, no entanto, no ar – e cremos que a questão não terá sido ainda levantada: ¿se o colégio dos sêxviros era, como a própria designação indica, formado por seis membros, por que razão apenas dois desta sorte se notabilizaram? ¿Agiram em nome próprio ou em nome dos demais? ¿Ou será que no colégio – a exemplo do que se passava com o facto de haver dois duúnviros – dois dos sêxviros assumiam a primazia e era o seu nome que figurava nas epígrafes? Claro, poderiam os demais ter tomado iniciativas outras a agradecer a honra de terem sido eleitos sêxviros, de que não nos restaram relatos epigráficos; não deixa, porém, de ser intrigante verificar que, por exemplo, também em *Olisipo*, o pedestal a Esculápio é oferecido ao município [*município d(onum) d(ederunt)*] por *M(arcus) Afranius Euporio et L(ucius) Fabius Daphnus aug(ustales)* [HEpOL nº 21 264]; e que, em Medina de las Torres, são também dois (quicá, neste caso, irmãos) – *L(ucius) Valerius Amandus et L(ucius) Valerius Lucumo* – que oferecem parte do pódio do circo [HEpOL nº 814]. ¿E, quando é só um, agirá em nome próprio ou como representante do colégio? ¿E, quando faz questão em juntar por extenso o nome do seu patrono ou da sua patrona, não será para os associar à iniciativa? Seriam, porventura, esses os casos de *Sex(tus) Iul(ius) Sex(ti) Iuli Primigeni lib(ertus)* [AE 1987 1100], *M(arcus) Terent(ius) Primulus Terent(iae) Marcianae lib(ertus)* [AE 1934 41], *L(ucius) Antonius Charito L(uci) Antoni Valentis lib(ertus)* [AE 2004 138], *L(ucius) Caecilius Felix L(uci) Caec(ili) [C]aeciliani lib(ertus)* [AE 1895 13], *L(ucius) Caelius Saturninus L(uci) Caeli Parthenopaei lib(ertus)* [CIL II 110]...

Tempo é, por conseguinte, de se procurar responder à principal questão que nos prende: ¿de que edifício se poderá tratar? Quando, na zona da sé, começaram a surgir vestígios susceptíveis de pertencer a um templo, logo

se pensou em fórum e templo imperial e foi por isso que, a sugestão nossa, Javier Andreu (1999, 457-458) de pronto aventou essa hipótese. Vejamos, então, o que a Arqueologia nos conta.

3. As informações da Arqueologia

Apesar de variadas, são lacónicas e muito fragmentárias as informações arqueológicas a respeito do fórum de *Ossonoba* e do templo que ali figurava, hoje Largo da Sé. As escavações foram sempre muito limitadas e inconsequentes, fruto de circunstâncias várias, que nunca as de uma investigação científica programada. Os dados e, sobretudo, os registos do que então se identificou são escassos, pouco precisos ou, simplesmente, não existem. Na verdade, até meados do século XX supunha-se que a velha cidade portuária de *Ossonoba* ficava noutras paragens e que as pedras romanas que amiúde se viam pela cidade e nas suas muralhas tinham vindo de Milreu, onde então já se viam imponentes vestígios romanos, como atrás se assinalou. Só por essa altura se começará a identificar *Ossonoba* com Faro, cujas ruínas no Largo da Sé, entretanto reveladas, constituíam prova.

3.1 De Milreu a Faro – a localização do fórum de Ossonoba

Quando, em finais do século XVI, o humanista André de Resende (1593) identificou a cidade romana de *Ossonoba* com as ruínas de Milreu, em Estoi, deu início a uma longa tradição historiográfica que só será desfeita nos anos 50 do século XX. Prelados, literatos e historiadores, como frei Vicente Salgado (1786) ou A. Baptista Lopes (1848) foram replicando a tese nos séculos seguintes, consolidando-a. A imponência do templo de fábrica romana que se erguia na paisagem de Estoi e se associava à antiga “Cathedral Ossonobense”, muito contribuiu para a reiterada localização ali da velha urbe referida pelos autores da Antiguidade Clássica. E se alguns a localizavam em Faro (ou mesmo em Estômbar!), a ausência de vestígios de monta nesta cidade, contrastando com a abundância e qualidade de testemunhos romanos nas encostas de Estoi, parecia confirmar a sua identificação com as ruínas de Milreu. Mesmo entre a comunidade científica mais céptica, como era o caso do epigrafista alemão Emílio Hübner (1871, p. 32), vingava a tese de que *Ossónoba* era em Milreu, apesar de as inscrições romanas de cariz urbano se concentrarem em Faro. As

escavações de Estácio da Veiga, em 1877, mostraram a extensão e relevância das ruínas de Milreu, reforçando a convicção do arqueólogo algarvio que estava perante a cidade romana de *Ossonoba*. Não se apercebera Estácio da Veiga que a planta que levantou das ruínas que trouxera à luz do dia configurava, afinal, uma *villa* romana do tipo catoniano, com a *pars rustica* e a *pars urbana* perfeitamente demarcadas (Veiga, 1889, p. 102; Santos, 1972, p. 217)!

Teremos que esperar pela arqueologia científica e pela perspicácia de Abel Viana para que se proponha, em 1952, com argumentos sólidos, assentes na epigrafia e em novos achados no Largo da Sé da capital algarvia, a localização de *Ossonoba* em Faro (Viana, 1952). A velha tradição estava de tal forma enraizada que nem os argumentos de Abel Viana, que passavam também pela demonstração da impossibilidade de Estoi ser porto de mar, requisito *sine qua non* para aquela localização, nem os novos dados entretanto compilados, quer na cidade quer em Milreu, foram suficientes para debelar de imediato a tese inicial. É bem reveladora, a este propósito, a dúvida que decorre do título do artigo, de 1984, do então Diretor do Museu de Faro Pinheiro e Rosa – “Estamos em *Ossonoba*?”.

Parece que os achados no Largo da Sé de Faro já remontavam ao século XIX. A isso mesmo alude Pinheiro e Rosa que, ao listar todos os achados ocorridos na cidade, diz que vestígios antigos foram encontrados em 1870, aquando de obras no pavimento do largo da Sé. Anos mais tarde, em 1883, quando se abriam as fundações do actual edifício da Câmara, teria aparecido de novo grande quantidade de vestígios que foram rapidamente destruídos ou ocultados, ficando por conhecer a sua natureza (Rosa, 1984).

Achados romanos eram frequentes por todo o tecido urbano, como foi o caso da descoberta do mosaico do Oceano em 1926, que consta da Acta da Sessão de Câmara de 17 de julho desse mesmo ano, redescoberto e levantado 50 anos depois (Viegas, 2011, p. 88). Mas serão os achados das escavações no Largo da Sé, levadas a cabo por Abel Viana em 1933 (Viana 1949), e, sobretudo, os de 1939-1940 noticiados por Mário Lyster Franco (1940), onde se refere o aparecimento de um templo e de uma epígrafe aludindo à *Civitas Ossonobensis* (IRCP 7), que serão decisivos para propor a nova localização da cidade portuária romana. A associação daquela epígrafe honorífica, revelando um sacerdote da província da Lusitânia que os *Ossonobenses* escolheram como seu patrono, ao espaço onde tinham aparecido imponentes estruturas edilícias, configurava para M. Lyster Franco e Abel Viana características típicas da presença de um templo e do fórum de *Ossonoba*.

3.2. De 1870 a 2009 - As escavações no largo da Sé

A referência de Pinheiro e Rosa aos vestígios arqueológicos aparecidos no Largo da Sé em 1870 (Rosa, 1984, p. 150) deve-se, certamente, às obras destinadas a rebaixar e nivelar aquele espaço público. A esses mesmos achados e obras de nivelamento alude também Abel Viana, afirmando que “Há 55 anos (contados em 1939), depois de construir o actual edifício da Câmara, toda a superfície do Largo foi rebaixada” (Viana, 1949, p. 33). O desaterro ainda foi significativo, como pode comprovar-se pelo desnível de cerca de dois metros que então ficou entre o patamar do claustro da Sé, ou o patim do lado sul do Paço Episcopal, e o piso de circulação do atual largo. Antes do desaterro, este espaço era mais pequeno, suportado do lado oeste por um paredão que o dividia do seminário e da rua que lhe corria defronte a todo o seu comprimento, a partir do arco da Rua Monsenhor Boto (Franco, 10-03-1940). Com a remoção do paredão e do desaterro efetuado aquando da construção do atual edifício dos Paços do Concelho, ficam, o Seminário e o Paço Episcopal, no mesmo plano da Sé. O desnível deixado pelo desaterro entre o largo e a porta da Sé, a que se acedia até aí a partir de dois degraus, como se pode ver por uma gravura antiga (Fig. 2), foi superado com a construção de nova escadaria de 11 degraus. Já em relação ao Paço Episcopal e ao claustro da Sé mantiveram-se os desníveis que hoje ali se vêem. As terras serviram para aterrar o Largo de S. Francisco que, com a construção da via-férrea então em curso, ficava apartado da ria e era necessário enxugar.

A construção do novo edifício da câmara, no lugar do antigo, revelou novos vestígios, nomeadamente em 1883 (Rosa, 1984, p. 150), dos quais faziam parte algumas sepulturas em frente ao pátio da entrada.

Desconhece-se a natureza de todos estes vestígios que, mais do que romanos, seriam de várias épocas, sobretudo da moderna e medieval. Com o desaterro teria sido removida a maior parte dos estratos entre a época contemporânea e a Idade Média, ficando a assomar à superfície do largo, que permanecerá em terra até 1940, uma “intrincada rede de alicerces” de várias épocas (Viana, 1949, p. 33). Estes alicerces, que ficaram então à flor do solo, bem como uma pesada estrutura que o desaterro colocou à vista, podem ver-se numa fotografia antiga da época (Fig. 3).

Quando Abel Viana chega a Faro, em Abril de 1933, dá-se desde logo conta do “abundante estendal de alicerces” que emergiam “na superfície areenta do Largo” (Viana, 1949, p. 1). Ainda nesse ano, iniciou uma sondagem em frente ao pórtico principal da Sé, onde assomava à superfície o bocal de um *dolium*,

que retirou inteiro para o museu de Faro. Tendo continuado as escavações em torno do *dolium*, detectou um variado e complexo número de estruturas que se sobrepunham e que, pela descrição, parecem ser das épocas romana, como o muro de 70 cm de espessura e 2 m de altura revestido a mármore e, posteriormente, a estuque pintado, ou islâmica, como o poço detectado junto ao *dolium* (*idem*, p. 5-6). A área de 9 m² explorada não permitiu tirar grandes ilações, possibilitando, sim, aferir a contínua ocupação do espaço e a existência de edifício romano digno de nota, como de resto é revelado pela espessura da parede e revestimento do muro referido.

O calcetamento e arranjo do Largo da Sé ocorreu nos começos de 1940 “deixando de ter esse local o ar rústico de quintalão abandonado, para se tornar na aprazível praça que hoje melhor condiz à nobreza dos edifícios que a cercam” (Viana, 1949, p. 35-36). No ano anterior, precedendo e acompanhando os trabalhos de calcetamento, Mário Lyster Franco e “alguns curiosos e apaixonados da matéria”, face à falta de resposta de vários organismos culturais ao pedido de assistência que foi feito para que se procedesse a uma investigação dos muitos restos que assomavam à superfície do Largo da Sé, procederam a alguns trabalhos arqueológicos (Franco, 10-03-1940, p. 1). Os trabalhos começaram por se escavarem, em frente à porta principal da Sé, alguns tanques de diferentes dimensões, que assomavam à superfície, revestidos de *opus signinum*, e que foram interpretados como cetárias. Do seu interior foram retirados materiais romanos, inclusive fragmentos de delicados mosaicos de duas cores, troços de colunas, um capitel de mármore preto e muitos outros materiais. Para além destes tanques de salga de peixe, que devem ser da Antiguidade Tardia, foram

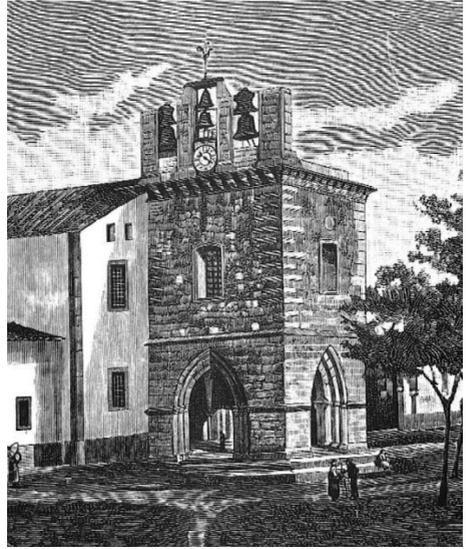
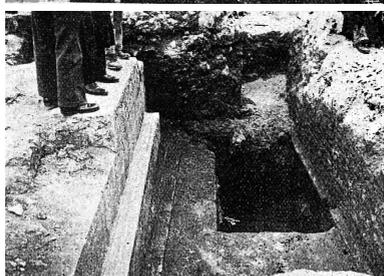


Fig. 2 – Gravura do Largo da Sé de Faro, antes do desaterro de finais do século XIX.



Fig. 3 – Fotografia do Largo da Sé de Faro, após o desaterro de finais do século XIX.



detectados poços, talvez de época islâmica dada a sua configuração e os muitos achados desta época ali recolhidos e “uma base de coluna de avantajadas proporções (...) assente no lugar que deveria ter ocupado desde início” (Franco, 10-03-1940, p. 2). Encontrava-se esta grande base de coluna, *in situ*, “colocada a pouca distância do lancil existente em frente da sala do Cabido da Sé” e que distava 60 cm da parede que lhe corria mais próxima, removendo-se ambas as estruturas por necessidade imposta pelas obras de calcetamento do largo (Franco, 17-03-1940, p. 1). Esta base de coluna e a parede que lhe ficava próxima estavam, pois, praticamente à superfície. A continuidade dos trabalhos revelou “uma espessa parede, revestida num dos lados por grossa cantaria aparelhada, em local que permitia considerar a possibilidade de fazer parte do mesmo edifício a que a coluna pertencia pois que dela distava apenas uns escassos 15 metros” (*ibidem*). A escavação desta parede exterior viria a revelar a “existência de um ornato em recorte de moldura” ao longo da sua extensão, revelando tratar-se de um edifício grandioso (Fig. 4c). Em volta dessa parede de cantaria encontrou-se uma construção rectangular em tijolo com fundo revestido a *opus signinum* (Fig. 4d). Continuando a escavação, em torno da parede de cantaria encontraram-se alguns degraus, fazendo parte da fachada do edifício (Fig. 4a e 4b). O conjunto, que M. Lyster Franco interpretou como um templo romano, apresentava-se já bastante destruído pela sobreposição de construções de outras épocas e também por destruições mais recentes, nomeadamente as provocadas pelo desaterro do Largo da Sé décadas antes. Ainda se tentou levantar a planta do edifício, mas “paredes posteriormente descobertas vieram demonstrar

Estruturas romanas pertencentes a um templo no Largo da Sé de Faro.

De cima para baixo:

- 4a) Escadaria identificada nas escavações de 1939/40;
- 4b) A mesma escadaria nas escavações de 1969;
- 4c) O *podium* do templo nas escavações de 1939/40;
- 4d) Tanque (?) em torno do templo, identificado nas escavações de 1939/40.

que essa reconstituição lá não era possível sem que houvesse que sacrificar importantes trabalhos preliminares de calcetamento, já então realizados em volta". A urgência em acabar as obras, que teriam que estar prontas para as Comemorações Centenárias em Faro, determinou que tudo fosse tapado, antes ainda de se reunirem os meios que permitissem fazer levantamento rigoroso e metódico das construções encontradas (*ibidem*).

A continuação das obras no Largo da Sé permitirá recuperar, em demolições efetuadas junto à sala do Cabido, a significativa epígrafe de um sacerdote do culto imperial da província da Lusitânia, um ossonobense que a *Civitas* nomeia seu patrono (IRCP, 7). Esta lápide, que foi encontrada a pouco mais de uma dezena de metros por detrás das ruínas encontradas, levou M. Lyster Franco a considerar que esta era a prova decisiva para interpretar com segurança aquelas ruínas como um templo, "muito presumivelmente consagrado a Augusto", em cuja área era hábito colocar este tipo de monumentos epigráficos honoríficos (Franco, 28-07-1940, p. 1). Abel Viana, retomando esta interpretação e aduzindo outros argumentos, como vimos, vê aqui uma prova clara da localização do fórum de Ossonoba (Viana, 1952).

As escavações de Abel Viana e de M. Lyster Franco revelam uma quantidade assinalável de detritos de faunas terrestres e, sobretudo, marinhas, tendo ainda aparecido, na campanha de 1939, um esqueleto humano em frente da ala norte da porta do átrio da Sé (Franco, 17-03-1940, p. 2). Esta sepultura, que estava quase à superfície tal como outras duas detectadas em 2004, correspondia à necrópole que terá existido em torno do templo cristão, afectada com o desaterro de finais do século XIX, altura em que apareceram mais sepulturas, concretamente na construção do pátio do edifício da Câmara (Viana, 1949, p.33). Aliás, em 1939 havia a tradição de que os alicerces que se viam no largo eram restos de sepulturas de um extenso cemitério que ali teria existido.

No jornal *Correio do Sul* de 13 de Fevereiro de 1969 noticiava-se que "a fim de se pronunciar sobre a conveniência de proceder a novas escavações e de virem a manter-se à vista as ruínas de um templo romano, em 1940, descobertas no Largo da Sé" deslocou-se a Faro, no início de 1969, uma delegação da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais acompanhada pelo Dr. Bairrão Oleiro. A área do templo colocado à vista em 1939/40 terá sido, poucos meses depois, (re)escavada por Gonçalo Lyster Franco. Este arquitecto da DGEMN abre em frente à casa do cabido e arcadas do claustro da Sé um conjunto de quadrículas, colocando à vista a escadaria e parte do *podium* do templo já identificados pelo seu pai, Mário Lyster Franco, três décadas atrás. Infelizmente, apesar de a área escavada ser considerável (Fig. 5), pouco ou nada



Fig. 5 – Aspecto geral da área (re)escavada em 1969.

se acrescentou ao que já se sabia e, à excepção de uma lacónica reportagem jornalística sobre a escavação, nada se publicou, restando de toda essa intervenção o depósito no museu de Faro do espólio ali recolhido, ainda que sem a identificação do contexto de onde foi oriundo. Sem qualquer formação ou vocação de arqueólogo, Gonçalo Lyster Franco deixa a escavação nas mãos de alguns cavadores e jovens voluntários, estando quase sempre ausente e não se preocupando com qualquer tipo de registo. Da sua intervenção vieram a público apenas algumas fotos publicadas na imprensa local (*Algarve Ilustrado*, Outubro, 1969) e, pouco tempo depois, na obra de Maria Luísa Santos (1971, Fig. 62 e 62-a), que ainda viu as sondagens abertas e que assim permaneceram por largos meses, expectantes de uma decisão sobre o que se faria, até serem tapadas. Muito pertinentemente, perguntava então o articulista da lacónica reportagem publicada na revista *Algarve Ilustrado*, em outubro desse ano: “Para quando uma equipa especializada e dotada de amplos meios, nos moldes das que em Barcelona descobriram uma cidade subterrânea do tempo da ocupação romana debaixo da Catedral?”

As últimas intervenções arqueológicas no Largo da Sé são já deste século e a cargo do Serviço de Arqueologia do município, efetuadas no decorrer do acompanhamento de obras de iluminação daquele espaço. Ainda que as escavações não tenham atingido profundidades nem áreas significativas, em 2004 foram detectados, como já se disse, dois esqueletos, tendo sido escavado um, e, em 2009, uma tubagem de chumbo romana em contexto secundário (*vide* a base de dados Endovélico, CNS: 3733). A água abundava em todo o espaço da colina da Vila-A-dentro, estando bem presente quer na época romana quer na época islâmica, realidade que Abel Viana já assinalara. Aliás, onde hoje desemboca a Rua do Município, junto à esquina do Paço Episcopal, existiram umas termas, islâmicas ou medievais (e também romanas?), de

acordo com uma carta de aforamento daquele espaço dada por D. João I em 1428 (ANTT, livro 6 de Odiana, folios 273v a 274, *apud* Pereira, 2017, p. 16, nota 22).

3.3. *Um templo ao culto imperial*

As intervenções de Abel Viana e, sobretudo, de Mário Lyster Franco, a par da epigrafia, são as únicas fontes que permitem conhecer algo sobre o fórum de Ossonoba e o templo que aí se situava. A partir dos escassos dados disponíveis é possível saber que esse edifício religioso teria uma orientação, *grosso modo*, este-oeste, semelhante à do atual edifício da Sé. Assim, a fachada do templo, bem marcada nas escavações arqueológicas de 1940 e de 1969 pela escadaria então posta à vista, ficava voltada à ria e ao porto de *Ossonoba*. Quem chegasse por via marítima à cidade rapidamente acedia ao fórum, onde se destacava, imponente, o edifício religioso. A localização da principal praça pública junto ao porto era prática comum nas cidades portuárias, constituindo o eixo fórum-porto a parte mais movimentada neste tipo de urbes ligadas ao comércio marítimo, onde pontuava o escol de libertos ligados a esse comércio, de que a epigrafia de Faro é bem reveladora. O seu sucesso e riqueza fariam com que alguns fossem honrados com funções sacerdotais de apoio e manutenção ao culto imperial, impedidos que estavam de aceder aos mais altos cargos religiosos, como o flaminato. Como contrapartida pelo acesso a tais cargos e honrarias, estes funcionários religiosos praticavam ações beneméritas para a *civitas*, assegurando a construção ou renovação de edifícios públicos na cidade, ou o pagamento de atividades de lazer, como foi o caso do já referido *Annius Primitivus* na cidade vizinha de *Balsa* (IRCP, 73).

Partindo da informação revelada pelas escavações de 1939/1940, o templo teria dimensões significativas. Mário Lyster Franco, como vimos, diz que, em frente da sala do cabido da Sé, apareceu uma grossa coluna *in situ*, que associa a uma parede que dista 60 cm; 15 metros para oeste surge o *podium* e a escadaria do templo, que lhe ficava perpendicular, considerando que tudo isto fazia parte do mesmo edifício. Com efeito, aquela coluna e parede, que assomavam quase à superfície, deveriam pertencer, respectivamente, à colunata e parede da *cella* do templo que se levantavam do lado norte do *podium* do templo. Considerando as regras vitruvianas e a *praxis* deste tipo de edifícios, nos templos perípteros existiria sempre um espaço entre a colunata e as paredes da cela de forma a permitir a circulação (*De arch.*, II, 2, 5). Era o caso deste espaço de 60 cm entre a base da coluna e a parede detectada, o

que prefigura uma tipologia períptera para o templo do Largo da Sé. O tramo final do *podium* e a escadaria, situados a 15 metros de distância, permitem deduzir que teria dimensões consideráveis, talvez mais semelhantes aos templos de Évora ou Beja, que medem respectivamente 25,5 m x 15,2 m e 29 m x 16,5 m, do que ao de *Ammaia* com 17,3 m x 9 m (Persichini, 2012, p. 44, 48, 51). Tais dimensões pressupõem que, muito provavelmente, se trataria de um templo hexástilo, assente num *podium* revestido a silhares bem cuidados, do qual, a avaliar pelas fotografias (Fig. 4) e pelas informações (que agradecemos) do Senhor José Cabecinha, que participou nas escavações de 1969, ainda se conserva numa altura aproximada de dois metros sob a atual calçada do Largo da Sé.

De acordo com M. Lyster Franco, “formando uma construção rectangular em volta dessa parede de cantaria, outras paredes de tijolo (*lateres*) colocado horizontalmente, se descobriram também. O fundo do compartimento assim determinado era revestido de *opus signinum*” (Franco, 17-03-1940, p. 1). Tal descrição bem como a fotografia então publicada (Fig. 4d) remete para a existência de um tanque ao lado do *podium* do templo. A existência de tanques de água em torno dos templos nada tem de extraordinário e, ao contrário, nos últimos anos tem-se até verificado ser uma constante nos templos do Ocidente Hispânico, nomeadamente os que figuram nas praças forenses (Reis, 2010). É o caso, entre muitos outros, do templo do *forum* colonial da capital da província, Mérida, ou dos *fora* de Évora ou Beja, ou ainda, o de Écija, na província vizinha da Bética. Esta realidade de tanques integrados nos projectos dos templos dos fóruns, é típica dos recintos religiosos conotados com o culto imperial. Com efeito, para além do impacto paisagístico e estético que a arquitectura da água traz ao espaço forense e religioso, há que admitir um carácter mais prático ou litúrgico que os recintos da água pudessem desempenhar (Reis, 2010). Ainda que se desconheça qual o papel que tais recintos desempenhavam no culto, é significativa a sua disposição no *temenos* do templo, como que constituindo a água uma barreira simbólica entre o sagrado e o profano, de que não nos faltam exemplos na cultura clássica.

Tal como os templos de muitos espaços forenses da Lusitânia, também o de *Ossonoba*, pois, deveria estar consagrado ao culto imperial. Este culto, que teria sido implantado na Lusitânia a partir de Augusto, acabará por ter uma grande expansão nos complexos forenses da Península, de que o templo do fórum colonial, na capital provincial de Mérida ou ainda o de Évora constituem dos melhores exemplos. O culto ao imperador está bem

documentado em Faro, não apenas pelas três manifestações conhecidas na epigrafia da cidade do século III (Étienne, 1999, p. 228; IRCP, 3, 4, 5) mas também pela presença de sacerdotes do flaminato provincial (IRCP 7), municipal (IRCP 8) ou ainda dos dois *seviri augustales* do lintel que aqui apresentamos (IRCP 11; Fig. 1). Todos estes elementos reforçam, ainda mais, a interpretação do templo do *forum Ossonobense* como um edifício dedicado ao culto imperial, em cuja porta da *cella*, muito provavelmente, figurava a inscrição daqueles *augustales* (Fig. 6).



Fig. 6 – Proposta de inserção do lintel epigrafado na porta da *cella* do templo ao culto imperial. Sugestão (graciosa) de José Luís Madeira, que muito agradecemos.

4. Conclusão

A presença de *seviri augustales*, indivíduos libertos, ricos e influentes, é típica, como vimos, das cidades portuárias (Étienne, 1999, p. 224-226). É o caso de Ossonoba e de M. Cornélio Eridano e de G. Júnio Recepto, que, no século II, terão pago um programa de obras no templo da cidade dedicado ao culto imperial. É mais do que provável que o templo tivesse sido erigido no século anterior, mas tendo assumido o *sexvirato* e, provavelmente, precisando o edifício de culto de alguns melhoramentos, os dois ossonobenses, honrados com o cargo, pagam a expensas próprias os encargos, memorando o feito no lintel que chegou até nós. Aparentemente o templo estava bem articulado com a principal porta da cidade, o seu porto, principal via de enriquecimento das elites locais, constituídas fundamentalmente por *liberti* ligados às atividades comerciais e negócios marítimos. O facto de estar bem exposto a quem chegava, não apenas por se situar no espaço público da cidade mas também porque próximo do porto, constituía, certamente, motivação acrescida para os dois mecenas ostentarem o seu nome na obra que promoveram. E ali, a partir daquela inscrição em tão digno espaço, também eles se procuravam autopromover, jogando, inclusive, com a ambiguidade da fórmula final do seu letreiro, como já referido. O culto imperial estava fortemente enraizado em *Ossonoba*, colocando-a Robert Étienne (1999, p. 228) nas cidades de primeira linha da Lusitânia, a par de *Olisipo*, *Ebora* ou *Conimbriga*. Tal importância justificava



Fig. 7 – Localização do templo romano no Largo da Sé de Faro.

um imponente edifício que, como vimos, poderá ter em Évora um bom paralelo.

Mais informações deste importante edifício ossonobense, ou do fórum onde se inseria, só serão possíveis com novas escavações, sendo expectável que, sob o atual claustro da Sé, que escapou aos desastres do século XIX, a parte posterior deste templo ao culto imperial

possa ainda apresentar um elevado grau de preservação. É bem possível que a praça pública, que pela ala norte seria fechada pela basílica, hoje sob o edifício da Sé, se estendesse no sentido do seu comprimento até ao actual Largo Afonso III. Por este lado e do lado sul, novos edifícios, entre os quais o da Cúria, onde se reunia a *ordo decurionum Ossonobensis*, definiam o rectângulo, cujos lados menores estariam orientados ao porto e à actual Porta do Repouso. Teríamos, assim, um modelo de fórum tripartido, comum na Lusitânia e na vizinha província da Bética, cuja existência, delineada desta forma a partir dos indícios disponíveis, carece de investigação futura que a confirme ou não. Para já a ausência de dados não nos permite, sequer, estimar as dimensões, ainda que aproximadas, de todo o espaço forense. Parece, todavia, que o muro com 70 cm de espessura e dois metros de altura, composto por blocos regulares, revestido a placas de mármore e, posteriormente, a estuque pintado, que Abel Viana identificou, em 1933, em frente do pórtico da Sé (Viana, 1949, p. 5-6), configura um tipo de construção monumental, típica destes espaços. ¿Será que a Basílica se estenderia até aqui? Não sabemos, ainda que esta estrutura, escavada até um pavimento “constituído por uma superfície de argamassa rigíssima, de cor amarelada”, faria, certamente, parte do fórum. Note-se que a altura conservada do muro – dois metros – é a mesma do troço conhecido do *podium* do templo, pelo que aquela superfície argamassada pode bem corresponder ao piso da praça forense, que jaz, hoje, a pouco mais de dois metros de profundidade do pavimento actual.

BIBLIOGRAFIA

- AE = *L'Année Épigraphique*, Paris. [Indica-se o ano e o nº da inscrição].
- Algarve Ilustrado (1969) – “Descobertas Arqueológicas no Largo da Sé de Faro”, *Algarve Ilustrado*, nº 9, Outubro de 1969, p. 24-25.
- ANDREU PINTADO J. (1999) – “Munificentia y munificentes. Riqueza y manifestaciones de riqueza de las élites en la provincia Lusitania”, *Économie et territoire en Lusitanie romaine*, Madrid: Casa de Velázquez: 1999, p. 458-471.
- ARAGÃO A. C. Teixeira de (1868) – *Relatorio sobre o Cemiterio Romano descoberto proximo da cidade de Tavira em Maio de 1868*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- BOTTO M. C. (1899) – *Glossario Critico dos Principaes Monumentos do Museu Archeologico Infante D. Henrique*, Faro: Typographia E. Seraphim.
- CIL II = HÜBNER E. (1869 e 1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum – II*, Berlim.
- ENCARNAÇÃO J. d' (1993) – “Decreto decurionum – algumas notas sobre o mecanismo decisório municipal na Hispânia romana”, *Ciudad y Comunidad Cívica en Hispania (siglos II y III d. C.)*, Madrid, p. 59-64.
- ÉTIENNE, R. (1990) – “Le culte impérial, vecteur de hiérarchisation urbaine”, in J.-G. Gorges e F.G. Rodríguez (ed.), *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Paris, p. 215-231.
- FRANCO M. L. (1940a) – “Os últimos achados arqueológicos do Largo da Sé”, *Correio do Sul* de 10 e 17.3.1940.
- FRANCO M. L. (1940b) – “Outra inscrição inédita de Ossónoba e Um Templo romano em Faro”, *Correio do Sul*, de 1 e 28.7.1940.
- GRUTERUS, I. (1603) - *Inscriptiones antiquae totius orbis Romani in absolutissimum corpus redactae*, Heidelberg. 2ª edição: Amesterdão, 1707.
- HEPOL = versão on-line de *Hispania Epigraphica*, revista editada pela Universidade Complutense de Madrid, acessível em <http://eda-bea.es/>
- HÜBNER E. (1871) – *Noticias Archeologicas de Portugal*, Lisboa. [Tradução de A. S., por ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa].
- IRCP = ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis — Subsídios para o Estudo da Romanização*. Coimbra. [O número indica o número da inscrição no catálogo]. Teve, em Outubro de 2013, uma 2ª edição, em formato digital – <http://hdl.handle.net/10316/578>.
- JORDÃO L. M. (1859) – *Portugalliae Inscriptiones Romanae*, vol. I, Lisboa, 1859.
- LIMA L. C. de (1736) – *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa... Lisboa Occidental*, Off. de Joseph Antonio da Sylva, 2º tomo.
- LOPES, J. B. S. (1848) – *Memória para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve*, Lisboa: Tipografia da Academia Real das Sciencias.
- MASDEU, J. F. de (1789) – *Historia Crítica de España, y de la cultura Española en todo genero*, escrita en italiano por [Masdeu] y traducida al idioma español por N. N., Madrid, vol. VI.
- PEREIRA, D. N. (2017) – “Os espaços de troca no tecido urbano de Faro. Do alpendre medieval ao mercado coberto”, *O Mercado de Faro, uma Herança Mediterrânea*, Faro: Ambifaro, p. 13-44.

- PERSICHINI, S. (2012) – “Some considerations on the Tripartite Forums of the Roman Cities in Ancient Lusitania”, *Conimbriga*, 51, Coimbra, p. 35-74.
- REIS, M. P. (2010) – “Tanques, fontes e espelhos de água nos fora lusitanos”, in T. Nogales Basarrate (ed.) *Ciudad y Foro en Lusitania romana (Studia Lusitana, 4)*, Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 285-314.
- RESENDE, A. de ([1593] 1996) – *As Antiguidades da Lusitânia, Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROSA, J. A. Pinheiro e (1981) – “Inscrições antigas e modernas da cidade de Faro”, *Anais do Município de Faro*, 11, p. 93-190.
- ROSA, J. A. Pinheiro e (1984) – “Estamos em Ossónoba? (comunicação ao IV Congresso Nacional de Arqueologia)”, *Anais do Município de Faro*, 14, Faro, p. 149-156.
- SALGADO, Frei Vicente (1786) – *Memorias Ecclesiasticas do Reino do Algarve (offerecidas ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo de Béja)*, I, Lisboa: Regia Officina Typográfica.
- SANTOS, M. L. E. da V. A. dos (1971) – *Arqueologia Romana do Algarve*, 1º vol., Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- SANTOS, M. L. E. da V. A. dos (1972) – *Arqueologia Romana do Algarve*, 2º vol. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses
- VEIGA, S. M. P. E. da [1886, 1887, 1889, 1891] (2005) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistoricos*, Lisboa: Imprensa Nacional, 4 vols (edição facsimilada da Universidade do Algarve)
- VIANA, A. (1949) – “Restos de Ossónoba, no Largo da Sé, em Faro”, *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*, nºs 36 e 46, p. 1-36 (existe separata).
- VIANA, A. (1952) – “Ossónoba. O problema da sua localização”, *Revista de Guimarães*, 42, Guimarães, p. 250-285.
- VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano. Estudos e Memórias*, 3. Lisboa: UNIARQ.
- VITRÚVIO (s. d.) – *Tratado de Arquitectura*, tradução do latim, introdução e notas por M. Justino Maciel, Lisboa: Instituto Superior Técnico.
- VIVES J. (1971) – *Inscripciones Latinas de la España Romana [= ILER]*, Barcelona.

ÍNDICE

- 007 40 NÚMEROS, 40 DESAFIOS
Rogério Conceição Bacalhau Coelho
- 009 APRESENTAÇÃO
Joaquim Romero Magalhães
- 015 MEMÓRIAS DESTA CIDADE - MORREU O "ZÉ GUITA"
João Leal
- 017 O TEMPLO ROMANO DE FARO
João Pedro Bernardes e José d'Encarnação
- 041 AS LUCERNAS ROMANAS NO OCIDENTE
Carlos Pereira
- 063 ATAQUES DA PIRATARIA À FOZ DO GUADIANA E A ACÇÃO DE ANTÓNIO LEITE,
ALCAIDE-MOR DE ARENILHA
Fernando Pessanha
- 095 O SUPLEMENTO AO MEMORIAL ECONÓMICO, E POLÍTICO SOBRE A AGRICULTURA,
COMÉRCIO E PESCARIAS DO REINO DO ALGARVE, DE AUTORIA DO BACHAREL JOSÉ
VIEGAS DE ANDRADE
Andreia Fidalgo
- 185 O ARCO DA VILA: EXPOENTE DA ARQUITETURA NEOCLÁSSICA NO ALGARVE
Marco Sousa Santos
- 207 TIPOGRAFIA BUROCRÁTICA (TAVIRA, 1882-1912) - LIGAÇÕES TRANSLOCAIS DA
CULTURA IMPRESSA: GENTES, SABERES E TEXTOS
Patrícia de Jesus Palma
- 227 O OBELISCO A JOSÉ BENTO FERREIRA DE ALMEIDA: UM FILHO DE FARO QUASE A
TOCAR OS CÉUS
Marco Lopes e Susana Paté
- 251 AS ESCOLAS PRIMÁRIAS DOS CENTENÁRIOS NO MUNICÍPIO DE FARO:
APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES NA
REGIÃO DO ALGARVE
Vítor Ribeiro
- 285 O "MUSEU - SALA DE ANGOLA" DO LICEU NACIONAL DE FARO, UM PROJECTO DE
MANUEL VIEGAS GUERREIRO (1948-1950)
Luísa Fernanda Guerreiro Martins
- 309 NO CENTENÁRIO DO SIDÓNIO
João Leal
- 313 MANUEL GOMES DA COSTA (1921-2016) - O IMPULSOR DA ARQUITECTURA
MODERNA EM FARO
Gonçalo Vargas

ÍNDICE

(CONT.)

- 337 O MUSEU ANTONINO DE FARO E A SUA COLEÇÃO: HISTÓRIA NÃO CONHECIDA
Luís Santos e Carla Guerreiro
- VISTOS E VISTAS
- 365 O SABOR DA MEMÓRIA
Edite Esteves
- 371 A CIDADE VELHA PELA MÃO DE JOAQUIM MAGALHÃES
Alexandra R. Gonçalves
- 377 CRÓNICAS
Lina Vedes
- 409 MEMÓRIAS
Marília Castro
- 429 OS "POÇOS" DESAPARECIDOS
João Leal